

Delfim: Governo não aceita destruir a economia

O Ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem em discurso para mais de mil empresários, reunidos em almoço do Rio Palace Hotel, que "o Brasil não pode cometer os mesmos equívocos dos países que destruíram sua economia para obter apenas pequenos êxitos no combate à inflação.

Muito aplaudido pelos empresários, Delfim intercalou trechos do discurso escrito com alguns improvisos, especialmente quando se referia aos autores das críticas à atual política econômica. O Ministro concluiu seu pronunciamento afirmando que o País está no caminho de uma sociedade mais justa, mais rica e mais livre.

Eis os principais pontos do pronunciamento de Delfim:

● TRATAMENTO DE CHOQUE CONTRA A INFLAÇÃO — A proposta é aparentemente sedutora e deu bons resultados em 1964 e 65, quando o dr. Bulhões e o dr. Roberto Campos eram ministros. Mas o Brasil de 82 não é o Brasil de 64. O tratamento de choque provocaria uma recessão muito mais profunda do que naquela época, fazendo o País perder economias de escala, pela redução da produção industrial. Com isso, os produtos brasileiros se tornarão menos competitivos no exterior, agravando ainda mais os problemas de balanço de pagamentos do País. O parque industrial do Brasil é um patrimônio construído durante décadas pela sociedade e não pode ser destruído levianamente, ao sabor das pressões conjunturais.

SUBSÍDIOS E GASTOS PÚBLICOS — O próprio Governo identifica no déficit governamental um dos principais males da economia brasileira. Seria uma injustiça negar os esforços que o Governo vem fazendo para reduzir este déficit: em 1979 ele correspondia a 8,3 por cento do Produto Interno Bruto; em 81, caiu para 5,6 por cento. Não satisfeitos com o ritmo da redução do déficit, alguns críticos propõem a eliminação dos subsídios governamentais, que são instrumentos de longa tradi-



Delfim Netto mostrou aos empresários que os rumos da política econômica do Governo não vão ser alterados

ção não só no Brasil como no resto do mundo. Sem os subsídios, estariam ainda importando feijão, milho e arroz, não teríamos o Proálcool. O mal não está nos subsídios mas na forma de financiá-los. O problema é que hoje ninguém abre mão de remunerar o seu dinheiro, ninguém quer pagar os subsídios. Até a mãe de cada um de nós sabe que existe um tal de open market e não quer mais deixar o dinheiro parado no banco;

GRANDES OBRAS — Se o Governo pudesse ter previsto a atual crise internacional certamente não teria iniciado a construção da Ferrovia do Aço ou dado seqüência ao plano siderúrgico. Onde foi possível postergar investimentos, como no programa nuclear, o atual Governo postergou.

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA — Como todos os atos importantes, na vida, ninguém pode renegociar a dívida sozinho. O outro parceiro tem que concordar. Seria estupidez o Governo não aceitar a renegociação caso os banqueiros estivessem dispostos a baixar os juros e conceder prazos mais favoráveis. Se o parceiro não concorda, não há o que fazer. Não podemos brincar com isto porque o País pára. Quem está agora propondo a renegociação da dívida (Delfim aqui

se refere ao economista Celso Furtado, que foi MINISTRO do Planejamento do GOVERNO João Goulart) já tentou isto em 1962 e o País parou;

TAXAS MULTIPLAS DE CÂMBIO — Somente quem não tem imaginação tenta resolver o problema através da dupla taxa de câmbio. Este é um foco de corrupção incontrolável. Seriam 120 milhões de brasileiros apostando nas duas taxas. E uma política fácil de entrar. Difícil é sair dela;

TAXAS DE JUROS — Os juros são elevados porque é imperioso e não porque o Governo assim deseja. Como temos de captar recursos lá fora, se os Estados Unidos fixam sua taxa de juros em 16 por cento, o Brasil tem que fixar a sua, em termos reais, em 18 por cento. Não há um comitê nacional para elevar as taxas de juros. Os juros vão cair internamente caso os EUA mantenham a atual tendência de baixarem suas taxas também;

SPREAD ELEVADO — Critica-se o fato de o Brasil pagar uma taxa de risco (spread) alta. Fazemos isto para ter condições de pagamento mais favoráveis. Maior prazo. Alguns colegas nossos preferiram se endividar por seis meses, para pagar spreads menores e agora estão quebrando.